



O MUNDO DO TRABALHO NA GEOGRAFIA A SER ENSINADA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Enio Serra dos Santos¹
enio.serra@ig.com.br

Resumo

Neste artigo se encontram reflexões acerca do conhecimento escolar de geografia presente em propostas curriculares oficiais elaboradas para o Ensino Fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir da análise da *Coleção ProJovem* e da *Coleção Cadernos de EJA*, ambas produzidas no âmbito do governo federal, são evidenciados processos de reelaboração didática de conhecimentos geográficos, tendo como foco os conteúdos relativos ao mundo do trabalho. Procura-se, assim, compreender os sentidos atribuídos a tais conteúdos quando convertidos para o contexto da escolarização de jovens e adultos trabalhadores. A análise é feita buscando relacionar os processos de reconstrução do conhecimento escolar de geografia à lógica das recentes políticas curriculares de EJA, que redundaram, entre outras ações da esfera federal, na produção dos materiais didáticos aqui examinados.

Palavras-chave

Ensino de Geografia. Educação de Jovens e Adultos. Políticas de Currículo. Materiais Didáticos. Conhecimento Escolar.

EL MUNDO DEL TRABAJO EN LA GEOGRAFIA A SER ENSEÑADA EN LA EDUCACION DE JOVENES Y ADULTOS

Resumen

En este artículo se encuentran reflexiones acerca del conocimiento escolar de geografia presente en propuestas curriculares oficiales elaboradas para la Enseñanza Fundamental, en el marco de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). A partir del análisis de la *Coleção Projovem* y *Coleção Cadernos de EJA*, ambas producidas en el ámbito del gobierno federal, se evidencian procesos de reelaboración didáctica de conocimientos geográficos, teniendo como destaque los contenidos relativos al mundo del trabajo. Se busca, de esta forma, comprender los sentidos atribuidos a tales contenidos cuando son aplicados al contexto de la escolarización de jóvenes y adultos trabajadores. El análisis se hace buscando relacionar los procesos de reconstrucción del conocimiento escolar de geografia de acuerdo a la lógica de las recientes políticas curriculares de EJA, que redundaran, entre otras acciones de la esfera federal, en la producción de materiales didáticos aquí examinados.

Palabras clave

Enseñanza de Geografía. Educación de Jóvenes y Adultos. Políticas de Currículo. Materiales Didáticos. Conocimiento Escolar.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rua Barão de Mesquita, 850 Bloco C Ap. 1003, Andaraí, Rio de Janeiro (RJ); CEP: 20540-004

O presente artigo tem como principal objetivo a reflexão sobre a geografia a ser ensinada na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade da educação básica que se diferencia da educação escolar de crianças e adolescentes pelo conjunto de características específicas de seu público, em geral detentor de experiências significativas de vida e possuidor de intensa inserção no mundo do trabalho. Junto a estes traços que são próprios da condição de não crianças, os alunos da EJA, principalmente os que frequentam o sistema público de ensino, trazem também a marca da sociedade de classes. Jovens, adultos e idosos cursam esta modalidade de ensino porque, invariavelmente, a inclusão prematura no mundo do trabalho é, na maioria das vezes, um imperativo, uma exigência em função das condições socioeconômicas nas quais se encontravam na infância e/ou na adolescência.

Tomando como base essas características, as reflexões desenvolvidas têm como pano de fundo os dilemas e os desafios postos para a seleção, a organização e o tratamento didático de conteúdos geográficos para a escolarização de jovens e adultos trabalhadores. Partindo ainda do pressuposto de que o conhecimento escolar é resultado de complexas relações entre diferentes instâncias produtoras de conhecimento, é utilizado o modelo teórico desenvolvido por Basil Bernstein (1996), que pressupõe o processo de recontextualização pedagógica de saberes e discursos produzidos em outros contextos que não os escolares (produção acadêmica, organismos internacionais, políticas governamentais etc.).

De acordo com esse referencial, qualquer disciplina escolar é recontextualizada ao ser deslocada de seu campo de produção (SANTOS, 2003), pois há uma seleção dos conteúdos, da sequência e do ritmo em que estes serão trabalhados na escola. De acordo com Lopes (2008), são as regras de recontextualização que constituem tanto os conteúdos quanto o modo como se dá a sua socialização. Para a autora, tais regras “são construções sociais que variam com os princípios dominantes de cada sociedade, com as relações de controle e poder que se efetivam socialmente” (p. 53). Tal processo, que não é derivado apenas da lógica existente no campo da produção desses conhecimentos, pode auxiliar na compreensão do movimento de constituição da geografia a ser ensinada em programas e materiais didáticos voltados para o público jovem e adulto trabalhador.

Nesse sentido, este artigo desenvolve algumas reflexões sobre a forma com que saberes e discursos geográficos são recontextualizados em diferentes propostas curriculares para o segundo segmento do ensino fundamental na modalidade EJA. Para tanto, analisa parte do conteúdo geográfico encontrado na *Coleção ProJovem Urbano* e na *Coleção Cadernos de EJA*, ambas elaboradas no âmbito do governo federal, e como forma de sistematização do trabalho realizado, apresenta um estudo comparativo destes materiais didáticos a partir dos conteúdos geográficos mobilizados para o tratamento de questões referentes ao mundo do trabalho, marca da EJA presente em diferentes propostas curriculares contemporâneas.

O contexto das propostas curriculares analisadas

A escolha das propostas curriculares pautou-se na tentativa de verificar as concepções que balizam as políticas de currículo dirigidas para a EJA na atualidade. Mesmo compreendendo que são diversos os atores sociais e implementadores de iniciativas educacionais, foram selecionadas propostas curriculares elaboradas pelo governo federal no intuito de desvelar as referências utilizadas pelo nível mais abrangente de ação política e cujo poder de influência atinge todo o território nacional. Nesse sentido, tais propostas constituem-se em documentos essenciais no que se refere à análise das ideias e concepções indicadas como parâmetros para a EJA de todo o país.

Além do documento intitulado *Proposta curricular para a Educação de Jovens e Adultos: Segundo Segmento do Ensino Fundamental: 5ª à 8ª série* (2002), há também o projeto e o material didático elaborados para o *Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos* (ENCCEJA), ação criada ainda no governo Fernando Henrique Cardoso e retomada pelo governo Lula; o *Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem)*, implementado no âmbito da construção de uma política nacional para a juventude; e a *Coleção Cadernos de EJA*, lançada em 2007 com a intenção de servir como apoio didático aos professores da EJA de todo o país.

Em função da quantidade e complexidade que envolve o conjunto dessas propostas, opto por focalizar a análise nas propostas curriculares e nos materiais didáticos referentes ao *ProJovem Urbano* e à *Coleção Cadernos de EJA* por se configurarem, entre as quatro ações anunciadas, as que representam as políticas de currículo engendradas pelo governo Lula. Assim, busco captar os sentidos e discursos instituídos no momento atual, potenciais reveladores das questões contemporâneas que envolvem a educação geográfica de jovens e adultos trabalhadores.

Criado em 2005 e colocado em prática a partir de 2006, o *ProJovem* original sofreu algumas mudanças a partir do processo de avaliação levado a cabo ao longo de sua implantação. Esse redesenho do programa não chegou a mexer com seus pressupostos básicos, mas alterou alguns aspectos de sua composição e organização, além de ampliar seu espectro de atuação tanto em termos de extensão territorial quanto na diversidade etária e social do público a ser atendido. Assim, a partir de 2008, o Programa passa a ser regido pela Lei nº 11.692/2008 e se desenvolve em torno de quatro modalidades: o *ProJovem Adolescente*, o *ProJovem Urbano*, o *ProJovem Campo* e o *ProJovem Trabalhador*.

O *ProJovem Urbano* prevê o término do ensino fundamental, qualificação para o trabalho com certificação inicial, ações de participação cidadã e ainda inclusão digital para jovens de 18 a 29 anos residentes em municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes, ausentes dos bancos escolares e sem vínculos formais de trabalho. Tal caracterização identifica esse grupo como marcado pela “vulnerabilidade juvenil” que, segundo o documento base do Programa original, está presente nessas aglomerações urbanas, onde a conjugação entre as carências econômicas, a violência do narcotráfico e certas práticas policiais contribui para a criação da imagem do jovem, sobretudo do jovem negro, como um suspeito em potencial e alvo preferencial da violência urbana.

Tendo como uma de suas maiores características a proposta de desenvolvimento integrado entre educação básica, formação profissional e participação cidadã, a organização curricular de todas as atividades do *ProJovem Urbano* tem como

base seis eixos estruturantes, também chamados de Unidades Formativas (UF)². Cada unidade possui um tema a ser explorado por todas as áreas do conhecimento, bem como pelas ações previstas para a qualificação profissional e para a participação cidadã. Assim, tais eixos podem ser entendidos, segundo as orientações gerais do manual do educador, como temas transversais que fazem parte do contexto dos estudantes e são focalizados pelas diferentes disciplinas a partir do olhar específico de cada uma. As UFs são também a base para a produção do material didático do Programa, uma vez que são organizadas em seis volumes multidisciplinares com o intuito de nortear o percurso do aluno em cada uma das dimensões formativas (a escolarização, a qualificação para o trabalho e a participação cidadã).

Neste trabalho, são analisados os conteúdos geográficos presentes em quatro UFs – *Juventude e Cidade*, *Juventude e Trabalho*, *Juventude e Comunicação* e *Juventude e Cidadania* – que contribuem para a compreensão de questões relativas ao mundo do trabalho. Para tanto, descrevo e analiso os temas selecionados e as atividades didáticas elaboradas para compor o material didático, problematizando, em seguida, as opções teórico-metodológicas dos autores à luz de reflexões relativas às questões em tela, bem como de seu tratamento pedagógico dirigido à juventude da classe trabalhadora.

A *Coleção Cadernos de EJA*, lançada em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), pode ser considerada a mais recente ação vinculada às políticas de currículo voltadas para a EJA no âmbito federal. Elaborada pela *Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho*, a *Unitrabalho*, a coleção é considerada pelo MEC como material didático de apoio a todos os professores que trabalham com o ensino fundamental em programas e cursos de EJA do país. Segundo o Ministério, o material é prioritariamente direcionado às escolas públicas, embora possa ser também utilizado por projetos de educação não formal, uma vez que se encontra disponível para impressão em meio eletrônico.

² Os eixos estruturantes, estabelecidos com base nas características do público-alvo e determinados para cada Unidade Formativa, são: *Juventude e Cultura* para a UF I; *Juventude e Cidade* para a UF II; *Juventude e Trabalho* para a UF III; *Juventude e Comunicação* para a UF IV; *Juventude e Tecnologia* para a UF V; *Juventude e Cidadania* para a UF VI.

A coleção é composta por um caderno metodológico, voltado para professores, coordenadores e direções das escolas, e vinte e seis cadernos temáticos, contendo, para cada um dos treze temas, um volume específico para os alunos e outro para o uso do professor. De acordo com as orientações metodológicas da coleção (BRASIL, 2007a), os cadernos do aluno compreendem, na verdade, um livro de textos a ser utilizado no desenvolvimento dos conhecimentos referentes às disciplinas que compõem o quadro de componentes curriculares obrigatórios da educação nacional. Esses textos são oriundos de diferentes gêneros literários e são voltados para alunos do primeiro e do segundo segmentos do ensino fundamental.

Já os cadernos do professor trazem sugestões de atividades para as diferentes disciplinas sempre relacionadas a cada um dos textos presentes nos cadernos do aluno. As atividades são apresentadas em forma de planos de aula que contêm objetivos, introdução, descrição da atividade, tempo e recursos indicados para a sua realização, bem como algumas sugestões de livros, sítios eletrônicos, músicas e filmes para a consulta do professor. O caderno metodológico possui orientações gerais da proposta direcionadas aos profissionais envolvidos com a EJA com o intuito de esclarecer questões relativas à concepção que norteia o material, à organização dos temas, aos possíveis usos e à articulação das atividades sugeridas com o mundo do trabalho.

É importante frisar que a coleção se apresenta como um material de apoio aos professores e alunos em suas atividades diárias. Em função disso, os *Cadernos de EJA* não se configuram em material com formato igual aos livros didáticos que professores e alunos estão habituados a encontrar nas escolas. No entanto, assim como os livros didáticos convencionais, a coleção é também considerada aqui como “uma versão didatizada do conhecimento para fins escolares e/ou com o propósito de formação de valores [...] incluindo as funções de referencial curricular, de instrumentalização de métodos de aprendizagem, ideológica e cultural e, mais restritamente, documental” (LOPES, 2007, p. 208).

Encarada, então, como um currículo escrito, isto é, um artefato cultural no qual se encontram concepções e discursos a serem veiculados como legítimos para a população escolar, tal coleção não pode ser considerada como decorrente apenas de

discursos originados no âmbito do governo federal a serem disseminados verticalmente nas escolas de EJA. Concordando com Lopes (2007) em sua análise sobre os livros didáticos, os *Cadernos de EJA* devem ser vistos como veiculadores de discursos recontextualizados da academia, das escolas e das disciplinas específicas para a modalidade EJA, revelando, assim, um processo muito mais complexo do que se poderia supor.

Neste artigo, a geografia que se quer ensinar a jovens e adultos da classe trabalhadora é analisada através de exame do conteúdo geográfico presente em quatro dos treze cadernos temáticos que compõem a coleção. Os critérios de escolha de três cadernos pautam-se na aproximação dos temas desenvolvidos em cada um deles com a perspectiva geográfica. Assim, foram selecionados os cadernos *Globalização e Trabalho*, *Meio Ambiente e Trabalho* e *Trabalho no Campo*. A escolha do quarto caderno, *Emprego e Trabalho*, teve como critério de seleção a aproximação do tema com o mundo do trabalho, algo tão próximo do cotidiano vivido pelos alunos da EJA e historicamente não muito presente em propostas curriculares, livros e materiais didáticos de geografia.

Mundo do trabalho: marca da EJA na geografia escolar

As características da EJA tomam direções e dimensões específicas de acordo com o projeto político-pedagógico que se quer desenvolver, bem como em função dos conhecimentos que se quer socializar. Nesse sentido, as disciplinas escolares, constituídas social e politicamente como resposta a objetivos sociais da educação (MACEDO e LOPES, 2002), carregam instrumentos e mecanismos próprios que contribuem para a construção do conjunto de saberes que se encontram sob sua delimitação. Com isso, quero dizer que há especificidades no ato de ensinar e aprender em cada disciplina e em cada modalidade de ensino. A articulação entre ambas as especificidades, neste caso entre aquilo que é próprio da modalidade EJA e o que é característico da geografia escolar, constitui-se no principal eixo da sistematização e das reflexões aqui expostas.

Entre aquilo que é próprio da escolarização de jovens e adultos, as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA (DCNEJA), ao caracterizarem os cursos específicos para esse público, ressaltam, por exemplo, que o trabalho é o contexto mais importante da experiência curricular e que, “neste sentido, o projeto pedagógico e a preparação dos docentes devem considerar, sob a ótica da contextualização, o trabalho e seus processos e produtos desde a mais simples mercadoria até seus significados na construção da vida coletiva” (BRASIL, 2002, p. 123). O mundo do trabalho é então estabelecido como referência essencial para a discussão e a elaboração de projetos pedagógicos no contexto da EJA, não sendo à toa, portanto, que encontramos essa prerrogativa nas duas propostas curriculares examinadas.

No *ProJovem Urbano*, essa atribuição aparece na sua própria estrutura, uma vez que a perspectiva de formação para o trabalho é uma das dimensões formativas do Programa. Além disso, um dos eixos estruturantes da programação curricular e que compõe um dos volumes da coleção didática – *Juventude e Trabalho* – traz o trabalho como tema a ser desenvolvido em articulação com os conteúdos disciplinares. Na *Coleção Cadernos de EJA*, por sua vez, a temática do trabalho é parte constituinte de sua proposta curricular, configurando-se em eixo norteador de toda a seleção e organização dos conhecimentos escolares. Logo, em virtude dessas particularidades e da orientação legal, é mister a verificação sobre a forma com que as temáticas que envolvem o mundo do trabalho são desenvolvidas na perspectiva geográfica presente nas coleções didáticas.

Ainda de acordo com as DCNEJA, a vivência do trabalho não pode se ausentar do tratamento dos conteúdos curriculares. Tal premissa nos remete ao aproveitamento das diversas experiências que esses alunos trazem consigo e que conformam o que chamamos de saber da experiência. Quanto a esse outro aspecto, o texto das Diretrizes é claro:

A EJA é momento significativo de reconstruir estas experiências da vida ativa e resignificar conhecimentos de etapas anteriores da escolarização articulando-os com os saberes escolares. A validação do que se aprendeu "fora" dos bancos escolares é uma das características da flexibilidade responsável que pode aproveitar estes "saberes" nascidos destes "fazer" (BRASIL, 2002, p. 78).

A problematização e a análise do mundo do trabalho, portanto, devem se constituir em ações educativas fundamentais para uma proposta curricular que considere a ressignificação do saber da experiência e a construção de um pensamento crítico e autônomo por parte dos alunos. Sem dúvida alguma, isso torna extremamente desafiador o trabalho docente e exige dos conhecimentos disciplinares a busca pela melhor forma de contribuir para esse processo, pois nem sempre a tradição seletiva do currículo das escolas para crianças contempla temas, abordagens e exemplos do mundo adulto.

No caso do conhecimento geográfico e de sua contribuição para a compreensão do mundo do trabalho na contemporaneidade, é importante identificar e analisar processos de recontextualização do conceito de trabalho e de temas a ele relacionados presentes em propostas curriculares e nas salas de aula dos cursos de EJA. Neste texto, como já anunciado, tal análise se direciona para os conteúdos dos materiais didáticos selecionados tentando identificar em suas páginas concepções, abordagens e tratamentos didáticos para a temática em questão.

O conceito de trabalho e a análise geográfica na escola

O conceito de trabalho não se configura historicamente em categoria central da geografia. Isso não quer dizer, no entanto, que ele não esteja presente na abordagem geográfica, pois sua compreensão enquanto ação humana, desde sua dimensão ontológica até a forma que assume em diferentes contextos históricos, é essencial para o desenvolvimento de variados temas da geografia. Podemos dizer, então, que o trabalho é uma categoria fundamental para a análise espacial, mas com uma função auxiliar junto às principais categorias da geografia,³ exercendo maior ou menor influência de acordo com a perspectiva teórico-metodológica adotada.

Segundo Thomaz Júnior (2002), dois aspectos relativos ao conceito de trabalho sempre foram evidenciados pela abordagem geográfica ao longo do tempo e

³ Considera-se como categorias geográficas os conceitos que se constituem como principais ferramentas para a análise espacial. A literatura especializada contemporânea aponta, com certo consenso, os conceitos de espaço, paisagem, região, território e lugar como as categorias centrais na abordagem geográfica.

independente da corrente de pensamento: a relação sociedade-natureza e a dimensão da organização espacial da sociedade. Tratados de forma isolada, esses aspectos ajudaram a configurar a forma com que o trabalho era entendido pela geografia, qual seja:

Como mediador das transformações que o homem promovia na natureza, base, aliás, do recorte positivista que dá liga às Geografias e que sacramentou a dicotomia entre o que viria cimentar o discurso geográfico escolar: paisagem natural, paisagem humanizada; somente em meados do século XX ganha a cena a formulação primeira natureza e segunda natureza herdada de um debate enraizado nas ciências sociais (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 3).

No que concerne à geografia escolar, portanto, o trabalho sempre esteve presente como mediador da ação humana frente à natureza, mas seu peso maior no tratamento dos conteúdos curriculares deu-se a partir do movimento de renovação crítica, quando a interpretação do espaço geográfico como produto do trabalho humano passou a vigorar com intensidade. Ainda assim, na seleção de conteúdos normalmente encontrada em livros didáticos e propostas curriculares para a educação básica regular, o mundo do trabalho sempre foi tratado como algo não muito propício a ser aprofundado nas aulas de geografia. É nesse sentido que as propostas curriculares de EJA aqui examinadas contribuem para a centralidade dessa categoria e tensionam sua abordagem na perspectiva geográfica.

Cabe ressaltar que o trabalho é compreendido e analisado neste artigo tanto como criador da vida humana quanto como em sua forma constituída historicamente sob o capitalismo. Na primeira dimensão, aquela que configura o seu sentido ontológico, o trabalho é, de acordo com Frigotto (2002, p. 12), “produção de bens úteis materiais e simbólicos ou criador de valores de uso, é condição constitutiva da vida dos seres humanos em relação aos outros”. Desse modo, o trabalho se converte em um princípio educativo, uma vez que se constitui em dever a ser socializado, no sentido de o ser humano, como ser natural, saber transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, e em direito a ser estendido a todos, pois é através dele que os sujeitos podem criar e reproduzir permanentemente sua existência (*ibid.*).

Sob o capitalismo, o trabalho se torna alienado, pois “o trabalho assalariado passa a ser a pedra de toque, o manancial de onde se torna possível a acumulação e a

riqueza de poucos, mediante a exploração e *alienação* do trabalhador” (*ibid.*, p. 17). No entanto, a partir das contradições inerentes a esse processo de alienação do trabalho, a luta segue, para Frigotto, no sentido de afirmar o trabalho como valor de uso e, desta forma, como princípio educativo e criador, no qual:

Os professores, como educadores, têm um papel importante para evidenciar que os trabalhadores produzem ciência e técnica, as quais têm a virtualidade efetiva de liberar tempo livre, de fruição, de arte, de humanização, mas que, por sua apropriação privada pelo capital, voltam-se contra eles na forma de desemprego, de trabalho precarizado e de superexploração (*ibid.*, p. 25).

A perspectiva geográfica do mundo do trabalho no contexto da EJA

A partir e em função do panorama até aqui exposto, cabe sistematizar e analisar a maneira como as propostas curriculares de EJA abordam o mundo do trabalho através dos conteúdos geográficos. Para essa tarefa, alguns aspectos dessa temática são localizados nos materiais didáticos examinados, bem como a forma de abordagem geográfica e o tratamento pedagógico dado. Por abordagem geográfica entendo o contexto no qual o tema aparece e os referenciais teórico-metodológicos que embasam a organização dos conteúdos geográficos. Como tratamento pedagógico, considero as atividades e as tarefas didáticas sugeridas para o desenvolvimento do tema, levando em conta as especificidades dos educandos da EJA.

Os aspectos enfocados dizem respeito às variadas dimensões e problemáticas que o mundo do trabalho evoca. O primeiro aspecto diz respeito ao conceito de trabalho. Com ele, são sistematizadas as concepções de trabalho veiculadas pelo conteúdo geográfico presente nos materiais com o intuito de por em evidência quando e como a abordagem geográfica se refere à dimensão ontológica do trabalho e quando e como ela o conceitua tomando como base apenas sua forma histórica. A leitura geográfica para o trabalho sob o contexto histórico do capitalismo é o segundo aspecto a ser sistematizado. Aqui, se pretende apontar as características, os problemas e as contradições das formas e relações de trabalho capitalistas através dos conflitos relacionados à falta de emprego e à crise do trabalho assalariado. Por último, a relação

estabelecida entre trabalho e espaço geográfico é enfatizada na tentativa de extrair dos materiais didáticos o tratamento espacial do fenômeno do trabalho, isto é, a possível mediação realizada pelos conceitos geográficos para a compreensão do trabalho na sociedade contemporânea.

Vale observar que os pontos selecionados para a sistematização expressam de maneira explícita os aspectos ressaltados do mundo do trabalho. Outros trechos dos materiais didáticos podem também conter elementos que indicam a forma com que esses aspectos são abordados; no entanto, privilegio aquelas passagens em que, sob o meu ponto de vista, as concepções adotadas estão mais em evidência. Para cada uma delas, é realizada uma análise comparativa entre as propostas curriculares em pauta com o intuito de aprofundar reflexões sobre o tratamento de conteúdos geográficos na EJA.

O conceito de trabalho é relacionado nas duas coleções à ideia de necessidade humana (Figura 1), isto é, seguindo a interpretação marxiana, o trabalho é “subordinado às necessidades imperativas do ser humano considerado em sua condição de ser histórico-natural que necessita produzir os meios da manutenção de sua vida biológica e social” (FRIGOTTO, 2002, p. 14). A diferença entre as duas abordagens é que a *Coleção ProJovem* destaca a transformação do espaço como resultado do trabalho humano enquanto a *Coleção Cadernos de EJA* enfatiza a relação entre trabalho e natureza, indagando sobre até que ponto e de que forma o ritmo imposto pela natureza ainda interfere na produtividade nos dias atuais.

Materiais didáticos	COLEÇÃO PROJOVEM			COLEÇÃO CADERNOS DE EJA		
	Contexto curricular	Abordagem geográfica	Tratamento didático	Contexto curricular	Abordagem geográfica	Tratamento didático
Conceito de trabalho	Unidade Formativa II: <i>Juventude e Trabalho</i> Tópico 1: <i>Os significados do trabalho para a juventude</i>	Trabalho como condição que possibilita a sobrevivência do ser humano e a transformação do espaço	Interpretação de textos Relato de experiências vividas	Caderno: <i>Emprego e Trabalho</i> Atividade: <i>Cigarras, formigas, trabalho, natureza e arte</i>	Relação entre trabalho, produção e natureza	Interpretação de textos

Figura 1: O conceito de trabalho na perspectiva geográfica
Fonte: Coleção ProJovem (2007); Coleção Cadernos de EJA (2007).

Nas duas propostas, porém, o conhecimento geográfico acionado não discute a fundo a dimensão ontológica e articulada ao mundo da liberdade, que, para Frigotto (*ibid.*), revela a fruição do trabalho mais especificamente humano, isto é, o trabalho não demarcado apenas pelo mundo da necessidade e, portanto, mais criativo e livre. Na *Coleção ProJovem*, esse caráter acaba sendo pouco ressaltado, chegando mesmo a ser confundido com o trabalho enquanto emprego, forma histórica do trabalho no capitalismo. Nos *Cadernos*, a relação estabelecida entre trabalho, produção e natureza demonstra uma preocupação espacial e conceitual do trabalho, mas o que prevalece na atividade didática proposta é a discussão acerca da relação sociedade-natureza. A análise conceitual que a geografia faz sobre o trabalho se restringe, então, à relação homem-meio e à ideia de mediação das transformações que a sociedade promove na natureza.

Isso significa que, embora contribua para a superação da visão que atribui o mesmo significado entre trabalho e emprego, a abordagem geográfica sobre o conceito de trabalho não avança, em nenhuma das propostas, em direção à perspectiva apontada anteriormente por Frigotto (2002), qual seja a de reafirmar o trabalho como valor de uso, como direito, como possibilidade de liberdade. Tenho clareza que esse objetivo não deve ser almejado apenas pela geografia e sim pela totalidade do projeto político-pedagógico dos cursos de EJA que vislumbram a emancipação dos trabalhadores. De qualquer forma, a geografia escolar precisa repensar e definir novas problemáticas que, sob seu olhar, possam contribuir com tal projeto.

O trabalho sob o contexto histórico do capitalismo (Figura 2) é desenvolvido a partir de diversas temáticas presentes em vários tópicos e atividades didáticas. Destaco aqui aquelas que evidenciam tal aspecto sob diferentes ângulos e inseridos em diferentes contextos. A *Coleção ProJovem*, por desenvolver conteúdos geográficos relacionados ao tema trabalho basicamente no volume intitulado *Juventude e Trabalho*, apresenta as principais questões que envolvem o trabalho assalariado em tópicos que falam das transformações e da crise que marcam hoje as relações de trabalho capitalistas. Os impactos das novas tecnologias e as questões relativas ao desemprego

são tratados de forma superficial, pois são privilegiadas apenas a identificação e a constatação do que é vivenciado pelos trabalhadores.

Materiais didáticos	COLEÇÃO PROJOVEM			COLEÇÃO CADERNOS DE EJA		
	Contexto curricular	Abordagem geográfica	Tratamento didático	Contexto curricular	Abordagem geográfica	Tratamento didático
Trabalho sob o contexto histórico do capitalismo	Unidade Formativa II: <i>Juventude e Trabalho</i> Tópico 4: <i>O trabalho assalariado e as novas tecnologias no Brasil</i>	Descentralização e flexibilização do trabalho: menor permanência no ambiente de trabalho, o trabalhador realiza diferentes atividades em vários lugares	Leitura e interpretação de texto	Caderno <i>Emprego e Trabalho</i> Atividade: <i>O operário e os lugares</i>	Rotina do trabalhador: espaço vivido, segregação socioespacial e transporte coletivo urbano	Interpretação de texto Entrevista com trabalhadores
	Unidade Formativa II: <i>Juventude e Trabalho</i> Tópico 5: <i>Emprego, subemprego e desemprego</i>	Desemprego estrutural e mercado informal de trabalho	Relato de experiências vividas	Caderno <i>Trabalho no Campo</i> Atividade: <i>Desemprego na entressafra</i>	Trabalho assalariado na monocultura canavieira	Leitura e interpretação de texto

Figura 2: O trabalho sob o contexto histórico do capitalismo na perspectiva geográfica
Fonte: Coleção ProJovem (2007); Coleção Cadernos de EJA (2007).

Além disso, a flexibilização das relações de trabalho não se configuram em objeto de aprofundamento, discussão e debate, pois a abordagem se mantém na demonstração sobre o que muda com a reestruturação produtiva, mas não avança no sentido de problematizar essas transformações e seus significados para a classe trabalhadora. O mesmo acontece com a análise do desemprego e do mercado informal de trabalho. Exigindo dos alunos apenas o levantamento de experiências de vida que retratem essa situação em sua realidade cotidiana, a proposta permanece novamente na constatação do problema. O olhar geográfico deixa de ser acionado para refletir sobre a espacialidade do fenômeno, principalmente nas grandes cidades do país, nas quais territórios dominados por trabalhadores informais e ilegais reorganizam o espaço urbano à luz das necessidades de reprodução dessas atividades.

Os *Cadernos de EJA*, em função da maior inserção do tema trabalho na seleção dos conteúdos escolares, apresentam um panorama mais diversificado no tratamento dado aos aspectos relacionados à forma assalariada de trabalho. Da vida cotidiana dos trabalhadores que habitam as metrópoles à realidade do campo brasileiro, o trabalho

assalariado é visto em seus diferentes modos de realização, a partir dos quais os alunos da EJA têm a oportunidade de analisar as características comuns à condição de trabalhador, mas também de perceber as diferentes realidades engendradas por essa forma histórica de trabalho. A rotina do trabalhador é então evocada tanto a partir do chão da cidade, onde a segregação socioespacial é definidora de sua moradia e de sua mobilidade pelo espaço urbano, quanto do campo, onde a superexploração e o vaivém causado pelo trabalho temporário da colheita muitas vezes negam a dignidade humana. Desse modo, a abordagem geográfica dos *Cadernos*, ao estimular a reflexão sobre o cotidiano sem, contudo, mantê-lo na superficialidade, desvela os mecanismos que tornam o trabalho, no contexto do capitalismo, alienador e mutilador da vida daqueles que dele dependem para sobreviver.

Os exemplos apresentados demonstram o quanto há de espacialidade na interpretação das relações de trabalho, tendo sido algumas aproveitadas didaticamente e outras não contempladas. Desde situações mais bem analisadas sob ponto de vista local até aquelas em que a escala nacional e mesmo global propiciam maior poder de compreensão, o trabalho assalariado – e suas cada vez mais numerosas formas precarizadas – conformam lugares e territórios, bem como refletem e condicionam a configuração do espaço geográfico. Essa evidência não pode deixar de ser objeto de atenção da geografia que se ensina na educação básica, principalmente quando se trata da escolarização de jovens e adultos trabalhadores, pois o poder de intervenção dessas pessoas na realidade, seja de forma individual ou coletiva, depende, dentre outros domínios, do saber espacial, isto é, do saber ler e pensar o espaço para nele atuar politicamente e dele extrair soluções que lhes possam dignificar a vida.

E é justamente a relação entre o trabalho e a produção do espaço geográfico o terceiro aspecto a ser sistematizado (Figura 3). Duas formas de abordagem são identificadas: uma diz respeito ao trabalho como transformador e produtor do espaço e a outra se refere à mobilidade das pessoas no espaço geográfico mundial em função da histórica busca pela melhor forma de inserção no mundo do trabalho.

Materiais didáticos	COLEÇÃO PROJovem			COLEÇÃO CADERNOS DE EJA		
	Contexto curricular	Abordagem geográfica	Tratamento didático	Contexto curricular	Abordagem geográfica	Tratamento didático
Trabalho e espaço geográfico	Unidade Formativa II: <i>Juventude e Trabalho</i> Tópico 2: <i>O trabalho e as transformações do espaço geográfico</i>	Através do trabalho homens e as mulheres transformam a natureza e produzem o espaço em que vivem	Leitura de imagem	Caderno <i>Meio Ambiente e Trabalho</i> Atividade: <i>Sociedade e paisagem</i>	Relações sociais como geradoras de paisagem Apropriação da natureza e degradação das condições de trabalho	Leitura de imagem Discussão e debate
	Unidade Formativa II: <i>Juventude e Trabalho</i> Tópico 5: <i>Emprego, subemprego e desemprego</i>	Fluxos migratórios Êxodo rural	Relato de experiências vividas Leitura e interpretação de texto	Caderno <i>Globalização e Trabalho</i> Atividade: <i>Desloca-mentos populacio-nais</i>	Migração, trabalho e globalização	História de vida

Figura 3: Trabalho e espaço geográfico

Fonte: Coleção ProJovem (2007); Coleção Cadernos de EJA (2007).

Na primeira abordagem, tanto o *ProJovem* quanto os *Cadernos* associam trabalho, natureza, produção e espaço, retomando parte das reflexões já comentadas acerca do conceito de trabalho. Com a atenção voltada nesse momento para o papel do trabalho na produção do espaço, a relação sociedade-natureza é vista como pano de fundo para essa relação. Já na segunda abordagem, os movimentos migratórios são encarados como um dos impactos territoriais e humanos provocados pela degradação ou precarização das relações de trabalho capitalistas em diversas regiões do planeta. Nas duas abordagens, desenvolvidas com diferentes intensidades nos materiais didáticos analisados, os conceitos geográficos são categorias centrais para a compreensão dos fenômenos em pauta.

A geografia a ser ensinada no *ProJovem* chama a atenção para o fato de que quase tudo o que existe no mundo atual foi construído pelo trabalho humano, isto é, “cidades, lavouras, rodovias, ferrovias, indústrias, hidrelétricas e tantas outras construções humanas são fruto de muito trabalho e obra de muitos trabalhadores” (SALGADO, 2007d, p. 18). Ressalta também que esse processo produz paisagens distintas em função da forma desigual com que ele ocorre nas diferentes regiões do planeta e lança mão da leitura de uma imagem (fotografia de um aeroporto) para que os alunos reflitam sobre as relações que se estabelecem entre os homens e entre a sociedade e a natureza para a concretização da construção analisada.

Também ressaltando a paisagem como categoria central da perspectiva geográfica, a atividade intitulada *Sociedade e paisagem*, presente no caderno *Meio Ambiente e Trabalho* da *Coleção Cadernos de EJA*, vale-se também de uma imagem (fotografia do garimpo de Serra Pelada) para possibilitar a “compreensão das relações sociais que se estabelecem na sociedade e que são as geradoras da paisagem” (BRASIL, 2007d, p. 30). Explorando as degradantes condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores do garimpo, bem como os impactos ambientais decorrentes dessa atividade, a abordagem geográfica dos cadernos avança mais em direção à análise crítica, pois estimula a reflexão sobre a ocupação descontrolada de uma localidade conjugada à agressão ambiental e à precarização das relações de trabalho.

A especificidade da EJA é atendida quando se articula trabalho, seja em seu sentido social seja em sua dimensão histórica, à produção do espaço. Construir a idéia de que todos são responsáveis por essa produção, inclusive os trabalhadores, embora a sociedade de classes determine papéis e responsabilidades diferenciadas nesse processo, constitui-se tarefa da geografia escolar para todas as modalidades e níveis de ensino. Na EJA, entretanto, a proporção dessa premissa alcança graus bastante elevados, uma vez que muitos dos alunos já fazem parte do processo produtivo e já têm demarcado seu lugar na divisão social do trabalho, o que os torna ao mesmo tempo testemunhas e agentes de todo o processo estudado.

Quanto aos movimentos migratórios, as duas coleções os associam ao mundo do trabalho na medida em que é a crise que envolve o trabalho, seja em sua forma assalariada ou de base familiar no caso do espaço agrário, uma das principais razões para os deslocamentos humanos. Para os autores da geografia do *ProJovem*, “muitas pessoas se vêem motivadas a mudar de uma região para outra, ou até mesmo a deixar o país onde nasceram à procura de melhores oportunidades de trabalho e renda em outros países” (SALGADO, 2007c, p. 31). Nos *Cadernos de EJA*, uma das atividades didáticas sugeridas para esse tema tem como objetivo refletir sobre os movimentos migratórios dentro do país ou para fora dele associando-os ao atual processo de globalização.

Desse modo, e também ao extrair dos alunos situações reais de vida que se relacionam a essa questão, os materiais didáticos evocam o mundo do trabalho e o

vinculam a razões que provocam mudanças na configuração territorial de cidades e regiões de diversos países. Razões que, na atualidade, têm na globalização instaurada pelo processo de reestruturação produtiva a sua base explicativa. Como atesta Thomaz Júnior (2002, p. 5):

É recorrente apontarmos que o processo de reestruturação produtiva do capital provoca um extenso conjunto de modificações no âmbito do trabalho e isso remete a profundas alterações no espaço e no território (enquanto categorias de uso interligado), portanto, nas diferentes escalas de análise. Esses referenciais teóricos nos põem na linha de frente para captarmos o movimento através das suas contradições, pelo viés da sua dimensão espacial.

Assim, analisar o trabalho sob a perspectiva geográfica é, pois, dar conta não só da interação metabólica entre o ser social e a natureza, como também considerar a produção do espaço como processo resultante e condicionante das relações de trabalho. É pensar também que as ações que redundam na construção e constituição do espaço geográfico fazem parte da práxis ontológica do trabalho.

Conforme as duas coleções assinalaram em suas páginas, ainda que de diferentes formas e intensidades, essa perspectiva pode constituir-se em referência para todo o processo ensino-aprendizagem na geografia que se ensina a jovens e adultos trabalhadores. Sem ela, o mundo do trabalho pode se deslocar do conteúdo curricular, deixando de ser, portanto, objeto de reflexão e análise, e significar apenas o atendimento às exigências do mercado e à preparação de mão-de-obra aos interesses do capital.

Considerações finais

Analisei nas linhas anteriores a forma com que conteúdos geográficos relacionados ao mundo do trabalho são abordados em propostas curriculares oficiais voltadas para o público jovem e adulto trabalhador. A partir de materiais didáticos produzidos para levar a cabo tais propostas, pude verificar avanços e limites no tratamento dado ao tema em questão. Se, por um lado, parece haver certo consenso em torno da pertinência do mundo do trabalho como um eixo estruturante na seleção e organização de conteúdos para a EJA, por outro lado, fica evidente o tratamento

diferenciado dado nas propostas analisadas, pelo menos no que concerne aos conteúdos delimitados à disciplina geografia.

Por seu caráter extremamente prescritivo, o material didático do *ProJovem Urbano* enrijece as possibilidades de ação do professor, o que pode acabar dirigindo a ação educativa apenas para o propósito de preparação para o exame que os alunos do Programa devem realizar ao final do tempo previsto para a formação escolar. Em função disso, os conteúdos geográficos não se apresentam em sua potencialidade, pois o aligeiramento do curso aliado ao caráter prescritivo pouco permitem outras relações entre o conhecimento escolar e a vida cotidiana dos alunos.

Os *Cadernos de EJA*, por sua vez, por possuírem outro caráter e forma de organização, apresentam-se com grande potencial inovador no que diz respeito ao atendimento da especificidade do aluno trabalhador. Também optando por uma proposta curricular que parte de temas contemporâneos articulados a um tema mestre – o trabalho –, os *Cadernos* desenvolvem os conhecimentos escolares de geografia a partir de uma perspectiva crítica e dialógica com o mundo adulto de trabalhador. Um sério problema, porém, está em deixar escapar o objeto geográfico em muitas atividades didáticas sugeridas, fato que contradiz os preceitos para a disciplina apresentados em seu caderno metodológico. Ao tentar dar conta dessa especificidade exigida, a geografia dos cadernos privilegia temáticas relacionadas ao mundo do trabalho, mas perde, por vezes, a análise espacial como foco.

No que tange à base teórica para a abordagem dos conteúdos, a geografia escolar preconizada pelo *ProJovem* contribui para a construção de uma visão de mundo que estaciona na constatação das desigualdades sociais, tomadas muitas vezes apenas como diferenças. Nos *Cadernos*, a recontextualização pedagógica dos preceitos da geografia crítica é evidente, pois as atividades didáticas, ao possibilitarem a reflexão sobre a crise que envolve a forma assalariada de trabalho, concorrem para a compreensão da complexidade que envolve as relações sociais e sua participação na produção do espaço geográfico. A percepção do aluno em relação ao seu espaço vivido também é evocada, porém de forma mais reflexiva e crítica, o que confere à geografia

dos cadernos vários momentos ricos de aprofundamento e articulação de conteúdos geográficos com as grandes questões que afligem o mundo do trabalho.

Tal compreensão corrobora a análise de que o conhecimento escolar, fruto de processos de recontextualização de discursos e textos oriundos tanto do contexto oficial, marcado pelas relações sociais estabelecidas pelo Estado, quanto do contexto não-oficial, marcado pelas relações de instituições externas ao Estado (LOPES, 2008), não se constitui apenas da transferência direta daquilo que se produz nas ciências de referência às disciplinas escolares. No caso da geografia presente nas propostas examinadas, foram percebidas diferenças na abordagem tanto dos conteúdos disciplinares quanto nos conteúdos didáticos, mesmo sendo tais propostas constituídas no bojo da produção oficial do currículo escolar. Vê-se, assim, o hibridismo contraditório de tendências e concepções pedagógicas presente nas políticas oficiais de currículo para a EJA.

Desta constatação, posso depreender que as opções políticas e ideológicas presentes nas propostas contribuem para a formação de diferentes sujeitos e para a constituição de diferentes trabalhadores. Resta saber que projetos de sociedade estão em jogo e de que forma conseguem ou não atender seus objetivos.

E é em torno dessa questão que se produz outra gama de desafios e inquietações. Como professores que lecionam geografia a jovens e adultos trabalhadores reinterpretam e recontextualizam conhecimentos e discursos veiculados nesses documentos curriculares? De que forma percebem as ambiguidades e contradições? Como os estudantes reagem e interpretam a educação geográfica a eles disponibilizada por esses materiais? Estas são indagações que não couberam a este artigo responder, mas foram suscitadas ao longo de seu desenrolar. Devem, a meu ver, ser consideradas em outros trabalhos e em outros momentos em que a geografia escolar praticada em cursos de EJA é problematizada.

Enfim, considero que, apesar das dificuldades, incongruências e questionamentos, a modalidade EJA ganha com o surgimento de propostas curriculares e materiais didáticos próprios. Ganha porque é reconhecida como modalidade de ensino e como direito dos trabalhadores. Ganha porque se torna referência para a produção de

outros materiais didáticos. Ganha porque adquire discurso pedagógico que passa a balizar concepções disciplinares, bem como propostas inter ou multidisciplinares. Ganha porque a educação geográfica nela referenciada pode então receber novos contornos, novas possibilidades, novas proposições.

Referências

BERNSTEIN, Basil. A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. In: SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Presidência da República / Secretaria Geral da Presidência da República / Coordenação Geral do PROJOVEM. PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: <<http://www.projovem.gov.br/docs/ppi.pdf>> Acesso em: set. 2006.

_____. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Caderno metodológico para o professor. São Paulo: Unitrabalho; Brasília: MEC/SECAD, 2007a. (Coleção Cadernos de EJA).

_____. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Emprego e Trabalho: caderno do professor. São Paulo: Unitrabalho; Brasília: MEC/SECAD, 2007b. (Coleção Cadernos de EJA).

_____. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Globalização e Trabalho: caderno do professor. São Paulo: Unitrabalho; Brasília: MEC/SECAD, 2007c. (Coleção Cadernos de EJA).

_____. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Meio Ambiente e Trabalho: caderno do professor. São Paulo: Unitrabalho; Brasília: MEC/SECAD, 2007d. (Coleção Cadernos de EJA).

_____. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Trabalho no Campo: caderno do professor. São Paulo: Unitrabalho; Brasília: MEC/SECAD, 2007e. (Coleção Cadernos de EJA).

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (orgs.). A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LOPES, Alice C. O livro didático nas políticas de currículo. In: _____. Currículo e epistemologia. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

_____. Políticas de integração curricular. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice C. A estabilidade do currículo disciplinar: o caso das ciências. In: _____. (orgs.). Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SALGADO, Maria Umbelina C. (org.). Manual do Educador: orientações gerais. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 2007a. (Coleção ProJovem).

_____. Unidade Formativa I: guia de estudo. 2. ed. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 2007b. (Coleção ProJovem).

_____. Unidade Formativa II: guia de estudo. 2. ed. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 2007c. (Coleção ProJovem).

_____. Unidade Formativa II: manual do educador. 2 ed. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 2007d. (Coleção ProJovem).

_____. Unidade Formativa III: guia de estudo. 2. ed. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 2007e. (Coleção ProJovem).

_____. Unidade Formativa IV: guia de estudo. 2. ed. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 2007f. (Coleção ProJovem).

SANTOS, Lucília. Bernstein e o campo educacional: relevâncias, influências e incompreensões. Cadernos de Pesquisa, n. 120, p. 15-49, novembro 2003.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Por uma geografia do trabalho (reflexões preliminares). Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788, v. VI, n. 119 (5), ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm>> Acesso em: 22 mai. 2008.

Recebido em 05 de fevereiro de 2011

Aceito para publicação em 29 de março de 2011